

1 **ATA 01° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO**
2 **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE**
3 **DO SUL – IPE SAÚDE**
4

5 Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, em reunião híbrida,
6 realizou-se a primeira Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de
7 Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2023,
8 sob a presidência do conselheiro Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin, presidente do Conselho
9 de Administração do IPE Saúde, e secretariada por Thuane Liesenfeld Borges, secretária do
10 colegiado. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com
11 a presença dos conselheiros representantes do Governo do Estado, titulares Bruno Queiroz
12 Jatene, Thiago Dapper Gomes (IPE Saúde), Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), Liselena
13 Schifino Robles Ribeiro (TJRS), André Fernando Janson Carvalho Leite (MPRS) e suplente Itamê
14 Westphalen (substituindo o conselheiro Mauro Hauschild); e representantes dos segurados,
15 titulares Kátia Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa
16 Pereira Trindade e Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andreazza
17 (Cpers). A reunião contou também com a presença dos suplentes Paulo Sebastião Olympio e
18 Danilo Krause, além do coordenador da Delegação da CAGE, Francisco Etevanes Peres da Silva,
19 e do auditor da Delegação da CAGE, Cleber Ferreira de Lima. **2) Ausências justificadas.** O
20 conselheiro Mauro Hauschild não compareceu na sessão e não justificou sua ausência, sendo
21 que a representação do governo ficou a cargo da conselheira suplente, Itamê Westphalen. **3)**
22 **Aprovação da Ata CA de Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 21 de dezembro**
23 **de 2022.** Solicitou-se que a aprovação geral desta Ata seja realizada na sessão do dia 26 de
24 janeiro de 2022, pois ficaram pendentes correções de assuntos administrativos que constam no
25 tópico “Assuntos de Ordem Geral”. O restante das informações foi aprovado por unanimidade
26 da forma em que foram escritas. **4) Correspondências expedidas.** Não há. **5) Correspondências**
27 **recebidas.** E-mail recebido pela Presidência do IPE Saúde referente ao relatório que trata
28 sobre a situação financeira do IPE Saúde, aprovado em Comissão de Finanças pela Assembleia
29 Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Comunicados no Proa n° 21/2441-0009645-9 que
30 trata sobre a cobertura de anestésias pelo IPE Saúde; Ofícios no Proa n° 21/2441-0003400-3 que
31 trata sobre a recontractualização com o Hospital Santa Casa de Misericórdia e outros hospitais
32 credenciados; E-mail com Minuta de Auditoria da CAGE referente ao exercício do ano de 2021

33 do IPE Saúde atualizado. **6) Minuta de Auditoria da CAGE referente ao exercício do ano de**
34 **2021.** Para dar início às explanações da minuta, o coordenador da Delegação da CAGE, Francisco
35 Peres, esclareceu aos conselheiros que a referente minuta traz alguns apontamentos quanto a
36 observações notadas pela CAGE sobre inconformidades encontradas nas contas e outros itens
37 do IPE Saúde. Um dos apontamentos citados foi o aumento significativo dos valores gastos com
38 os procedimentos gerenciados e diárias globais, também chamados de pacotes. Com base nas
39 premissas citadas, foram aplicados testes de auditoria, com vista a identificar os riscos de
40 controle relativos ao processo de criação, precificação e acompanhamento dos procedimentos
41 gerenciados e diárias globais, cujo resultado evidenciou uma série de achados, sendo estes
42 procedimentos gerenciados realizados sem avaliação de impacto financeiro em relação as
43 despesas totais do Instituto, deficiências na formalização de contratos de procedimentos
44 gerenciados e recomendações para melhoria contínua do processo e acompanhamento dos
45 procedimentos. Sobre este assunto, os conselheiros tiraram dúvidas com os auditores e
46 discutiram os motivos pelos quais houve os apontamentos. Além disso, o diretor-presidente do
47 IPE Saúde e conselheiro, Bruno Jatene, explicou como são realizadas as contratações de pacotes
48 com os prestadores de serviços. Na sequência, Francisco Peres, junto do colega auditor, Cleber
49 Ferreira de Lima, falou sobre a deficiência nos controles dos contratos assistenciais com
50 Prefeituras, Câmaras de Vereadores e demais Entidades previstas no Art. 37 da LC 15.145/2018,
51 no que diz respeito, especificamente, a falta de fiscalização da folha de pagamento das
52 entidades contratantes. O coordenador e auditor citaram, ainda, os apontamentos sobre a
53 necessidade de edição de Norma Regulamentadora para os procedimentos de cobrança
54 administrativa dos créditos em favor do IPE Saúde e ressarcimento de valores pagos em
55 duplicidade. Já sobre os Aspectos Contábeis, os auditores citaram a ausência de controle
56 adequado sobre os imóveis do Fundo de Assistência à Saúde – FAS; falaram sobre a diferença
57 de registro entre as receitas de contribuições do IPE Saúde, no que se refere a patronal da
58 administração indireta e direta; e citaram o registro das retenções dos servidores referentes à
59 contribuição para assistência médica. Citaram, também, a falta de pagamento de dívida relativa
60 às contribuições da saúde incidentes sobre RPVs e Precatórios pagos pela Secretaria da Fazenda.
61 Sobre os imóveis do FAS e precatórios a pagar pelo Instituto, ressaltam os auditores que estes
62 são uns dos pontos que já estão em curso de resolução no ano de 2022 pelo IPE Saúde e
63 permanecem sob acompanhamento da gestão da Autarquia durante o ano de 2023. Francisco

64 Peres destacou o ponto sobre o custeio de assistência médica prestada aos ex-combatentes e
65 seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.081/94. Por fim, falaram da necessidade de se
66 realizar lançamentos contábeis tempestivamente onde foram avaliadas diversas contas
67 referentes a créditos a receber e a pagar, tais como relativas a inscrição da dívida ativa,
68 devedores por consignação e valores médico-hospitalares a processar, para a adequação dos
69 registros contábeis. Após a finalização da apresentação, o coordenador Francisco Peres relatou
70 sobre a importância da presença da CAGE no Instituto de a CAGE estar, acompanhando de perto
71 às ações da Diretoria Executiva, através da realização de reuniões quinzenais, e que isto facilitou
72 com que os apontamentos fossem tempestiva e devidamente regularizados pelo Instituto. **7)**
73 **Assuntos de Ordem Geral.** Para assuntos de ordem geral, o conselheiro Ives Agamenon solicitou
74 que fosse debatido o tema sobre a entrevista com o diretor-presidente do IPE Saúde, Bruno
75 Jatene, publicada pelo jornal Zero Hora no dia 12 de janeiro de 2023, que trata sobre o projeto
76 de aumento da alíquota e taxação dos dependentes do IPE Saúde, titulada como “Reforma do
77 IPE Saúde em março”. Por conta da manifestação do diretor-presidente descrita na matéria, os
78 conselheiros solicitaram esclarecimentos quanto ao fato narrado, já que nada do que foi
79 abordado na entrevista ao jornal tinha sido passado para o colegiado com antecedência. Após
80 as manifestações dos conselheiros, o diretor-presidente Bruno Jatene esclareceu que, desde a
81 posse do governador reeleito, Eduardo Leite, o IPE Saúde tem sido tratado como um tema de
82 prioridade para o Estado sendo que, a partir disto, tem sido, diariamente, indagado pela
83 imprensa sobre as ações tomadas pelo Instituto. Por conta disto, o presidente concedeu a
84 entrevista à Zero Hora a fim de esclarecer pontos que estão sendo estudados pela Diretoria
85 Executiva da Autarquia. Bruno Jatene relatou que a matéria, do jeito da maneira como foi
86 escrita, saiu com informações equivocadas, pois não há ainda nenhum estudo pronto referente
87 ao aumento da alíquota e taxação dos dependentes do plano. Jatene esclareceu que há, sim,
88 estudos em andamento sobre medidas que podem ser tomadas referente a soluções financeiras
89 para a Autarquia, que abordam alíquotas e coparticipação dos segurados, mas não são ações
90 concretas que serão aplicadas ainda em março de 2023, como diz na matéria da ZH. Além disto,
91 Bruno Jatene salientou que não existem estudos que serão avançados sem antes passarem pela
92 apreciação do Conselho de Administração. A conselheira Katia Terraciano, por sua vez,
93 manifestou-se questionando o que seria feito para reparar a interpretação errônea do jornal
94 quanto à entrevista concedida pelo presidente da Autarquia. Enquanto perguntava, a

95 conselheira salientou a importância das representações das entidades neste colegiado e sua
96 posição contrária a qualquer aumento de alíquota ou taxaço dos dependentes do plano.
97 Antônio de Pádua falou que a Fessergs, entidade a qual representa, também ficou preocupada
98 com o discurso divulgado pelo ZH sobre o IPE Saúde e que o mesmo discurso já tem sido
99 propagado, também, pelo governador Eduardo Leite. Já Vera Lessês reafirmou a fala da
100 conselheira Kátia Terraciano sobre a necessidade de a matéria da ZH ser reparada com a
101 justificativa de errata quanto à interpretação do que foi falado. A conselheira continuou sua fala
102 dizendo que a categoria dos professores e funcionários de escolas, a Cpers Sindicato, a qual
103 representa, também não está de acordo que sejam punidos os segurados, lembrando os
104 salários congelados dos servidores públicos. O conselheiro Antônio Andrezza manifestou-se
105 afirmando que os conselheiros classistas encontram-se numa situação complexa, pois a
106 manifestação publicada no jornal Zero Hora deixa subentendido que o Conselho está em comum
107 acordo com o sugerido na matéria. Além disso, reafirmou a fala de suas colegas conselheiras
108 sobre a importância da representação das entidades que compõem o Conselho. A vice-
109 presidente do CA, Liselena Schiffino, e o presidente do CA, Álvaro Panizza, entenderam que não
110 seria o caso de pedir qualquer tipo de retratação em relação à matéria, tendo em vista que isso
111 provocaria ainda mais confusão. Após as manifestações dos membros do colegiado, o
112 presidente Bruno Jatene afirmou que solicitou ao jornalista que escreveu a matéria a publicação
113 de uma nota corrigindo a ideia de que já há estudos prontos, mas que o Instituto está em fase
114 de elaboração do mesmo. Conforme tratado antes, o estudo será devidamente e
115 oportunamente apreciado pelo Conselho antes de seguir para a Assembleia Legislativa do
116 Estado e divulgado externamente. Em tempo, o conselheiro Antônio de Pádua salientou que o
117 aumento do salário dos servidores públicos é uma das propostas que deve ser considerada e
118 acrescentada no projeto, sendo uma das soluções financeiras para o Instituto. **8) Definição de**
119 **pauta para a próxima sessão.** Para a reunião ordinária do dia 26 de janeiro de 2023, ficou
120 definido os seguintes temas: Relato sobre a reconstrução com o Hospital Santa Casa de
121 Misericórdia de Porto Alegre; Investimentos Gerais do IPE Saúde; Análise das contas das
122 principais clínicas de oncologia credenciadas ao IPE Saúde (Dados gerais e como é feito o
123 controle e a análise das contas); e Remuneração dos servidores do quadro do IPE Saúde. **9)**
124 **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para
125 constar, foi lavrada a presente ata que foi elaborada, revisada e assinada pela secretária do

126 Conselho de Administração, Thuane Liesenfeld Borges, e pelo presidente do Conselho de
127 Administração, Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin, e que se encontra à disposição dos
128 Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por escrito,
129 se assim desejarem, até sua aprovação.

130

131

Porto Alegre, 12 de janeiro de 2023.

132

133

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin

134

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

135

136

Thuane Liesenfeld Borges

137

Secretária do Conselho de Administração.